ATA 1/2023/CGGPESSOAS

Às 17h do dia 24 de abril de 2023, em videoconferência por meio da plataforma Teams, teve início reunião ordinária do Comitê de Governança e Gestão de Pessoas.
Presentes os membros a saber:
Magistrados:
Juíza Caroline Santos Lima
Juiz Carlos Alberto Martins Filho
Juiz Luis Martius Holanda Bezerra Junior
Juíza Luciana Yuki Fugishita Sorrentino
Juiz Ângelo Pinheiro Fernandes De Oliveira
Juíza Débora Cristina Santos Calaço

Servidores:
Adla Patricia Holanda De Souza Bassul - SEEF
Alessandra Rocha De Castro - NUGOV
Bauer Sancler Alves Vale – NUPET
Ellen Caroline Bandeira Piedade Rocha - NUGEA
Fernanda Boaventura Gomide Wanzeller - CODEV
Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra - COPLAG
Fernando Assis De Freitas - SEG
Helia Maria Palacio De Andrade Gomes - CODEV
Hernani Marques Tavares - COCAP
Jose William Holanda Cordeiro - NUGOV
Juliao Ambrosio De Aquino - SEP
Leida Mara Nepomuceno Macedo - NUAMU
Lilia Rosa Tricarico - SEGP
Luana Pimenta De Andrada - SEEF
Marcella Monteiro Bittencourt - COPLAS
Maria Cristina De Oliveira - GSP
Simone Fernandes Cosenza - NUICS
Sonia Maria Cardoso E Silva Soares - PSSSOB
Tomaz De Aquino Vasco Da Silva - COMED

A Dra. Caroline Santos Lima deu as boas-vindas aos presentes e ressaltou a importância de retomada dos trabalhos desse Comitê, que conta com representantes de áreas distintas da Casa, todos vinculados aos interesses do Tribunal.
Questionou sobre o interesse dos presentes em incluir algum assunto na pauta e, sem resposta, passou-se à leitura da pauta proposta:

1. Presidência do CGGP
2. CGGP - Visão Geral
3. Teletrabalho
4. Principais desafios do CGGP 2022/2024

5. Demandas administrativas

A respeito do **item 1 - Presidência do CGGP** , a Dra. Caroline apresentou seu entendimento de que seria necessário aguardar a entrada na reunião do Juiz Luis Martius e do senhor Julião, representantes da presidência, que alertaram previamente sobre eventual atraso tendo em vista agenda com o Presidente do Tribunal.
Sobre o **item 2 – CGGP Visão Geral** , esclareceu que, embora muitos colegas presentes já viessem trabalhando no Comitê nos anos anteriores, aos quais agradeceu pelas horas valiosas dedicadas, essenciais para que possamos mudar os rumos da instituição, pensando naqueles que estão chegando solicitou o encaminhamento de informações gerais para que tivessem uma visão acerca do papel do Comitê e dos atos normativos que embasam sua atuação, inclusive sobre as limitações impostas. "*Nós podemos muito, mas não podemos tudo*". Destacou que é preciso saber o que nos cabe e como é possível contribuir com a instituição.
Em seguida, abriu a palavra para a apresentação de comentários ou dúvidas sobre o material, não havendo manifestação dos presentes.
Esclareceu que o **item 3 – Teletrabalho** foi incluído na pauta para que pudesse atualizar os membros sobre as primeiras reuniões do GTTELE, grupo de trabalho do qual participa como representante do CGGP.
Esclareceu que o grupo existe desde a instituição do teletrabalho no Tribunal e que, em função da necessidade de observância e adequação do TJDFT ao que foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ na Resolução 481 de 2022, ocorreu uma reunião inicial, no dia 16 de fevereiro, com o grupo de trabalho instituído pela Portaria GPR 317, de 03 de fevereiro de 2023. Foi necessário que o Tribunal decidisse de maneira muita rápida como daria cumprimento à decisão do CNJ. Ponderou que os andamentos decorrentes, com a publicação de Norma própria, era do conhecimento de todos.
Pontuou que cada um dos membros, na sua atuação, que perceba algum aspecto que considere relevante, poderá trazer sugestões ou observações para que o Comitê as encaminhe de maneira formalizada à Administração do Tribunal e ao GTTELE. Para isso pode ser utilizado o espaço do CGGP no Teams, os chats e as próprias reuniões, estando, o Comitê, aberto a receber em qualquer tempo essas questões. Reforçou que o fato de termos um comitê plural que está em todas as partes do Tribunal, dá condições para que se possa colher com mais propriedade tais impressões.
Esclareceu que existe a expectativa de que, no futuro, as peculiaridades do Tribunal possam ser consideradas, embora este primeiro momento seja de observação e coleta de dados para que possamos pleitear possíveis adequações.
Ao abrir a palavra aos presentes, o Dr. Ângelo Pinheiro destacou que a questão do teletrabalho parece estar bem alinhada também com a questão do clima – ao menos é o que se sente a partir das mudanças decorrentes das decisões do CNJ. Questionou ainda se existe, nessa linha de monitorar o teletrabalho e apresentar sugestões, alguma perspectiva razoável de futuras mudanças.
A Dra. Caroline esclareceu que nessa primeira reunião do GTTELE foi feito um panorama geral com as impressões individuais de cada participante da reunião, mas que o foco era de como o Tribunal poderia monitorar o cumprimento da decisão do CNJ e a expectativa é que, na atual gestão daquele órgão, não se vislumbra a possibilidade de mudanças.
Neste momento, o Dr. Carlos Alberto esclareceu que faz parte do grupo de trabalho da Corregedoria e que sua percepção é de que existe alguma possibilidade de alteração com relação ao teletrabalho dos servidores, no futuro, mas que vê maior dificuldade em alterações no caso da magistratura, uma vez que, para os tribunais estaduais, essa normatização foi boa, pois regulamentou a possibilidade de o magistrado estar somente três vezes por semana na comarca. Pontuou, ainda, que vêm combatendo junto ao MP e CNJ a situação do juiz ter que fazer audiência on-line dentro do Fórum, estando o advogado e o promotor a distância.
Dando as boas-vindas ao Dr. Luis Martius e senhor Julião, a Dra. Caroline propôs a retomada do item 1 - Presidência do CGGP, primeiro ponto da pauta.
Dr. Luis Martius saudou os presentes, magistrados e servidores, ressaltando a honra de atuar ao lado de todos, destacando que este é um dos comitês mais vibrantes do Tribunal, que vivenciam de forma mais presente os problemas do chão de fábrica, daquilo que temos de mais palpável. Enquanto alguns comitês trabalham mais com políticas e de forma mais propositiva, o CGGP trabalha com dados concretos, com situações que estão acontecendo e demandam uma solução o mais rápido possível. Destacou que todos os que ali estavam, sejam eleitos ou indicados, estavam por seu perfil e, com certeza, pelo histórico que têm dentro do Tribunal, sendo dignos de integral confiança.
Seguindo o rito adotado em eleição anterior do CGGP, Dra. Caroline abriu para que algum membro que se encaixasse no perfil que a Portaria Conjunta 86/2019, Art. 3º, § 1º exige se apresentasse para concorrer à presidência do Comitê, qual seja: "O CGGP será coordenado por magistrado não

vinculado a órgão diretivo do TJDFT, eleito por seus próprios integrantes".
Não havendo inscritos, a Dra. Caroline passou a palavra ao Dr. Luis Martius, como representante da presidência do Tribunal, para que fizesse alguma proposição para o encaminhamento desse tema.
Dr. Luis Martius destacou, então, que é testemunha do trabalho abnegado que a Dra. Caroline vem fazendo até com sacrifício pessoal, pois tem inúmeras atribuições fora do nosso Tribunal, no Supremo Tribunal Federal, e mesmo assim sempre aceitou contribuir com o seu tempo e melhores esforços para nossa Administração. Sem qualquer demérito para qualquer colega que possa almejar a presidência, propôs que seja feita a recondução da Dra. Caroline por aclamação, frisando, no entanto, que todos estivessem à vontade para expor qualquer opinião em sentido contrário.
Dra. Caroline ressaltou a enorme alegria e honra pela lembrança e elogios do Dr. Luis Martius. Disse ter esse como o comitê mais plural e democrático do nosso Tribunal e é só por isso está nele durante esse período. Em suas palavras: "*essa é uma condição inafastável pra que a gente possa se sentir útil para o nosso Tribunal e possamos de alguma maneira contribuir. Fico à disposição e espero, se for do entendimento de todos, contribuir para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.*"
Reconduzida por aclamação, a Dra. Caroline agradeceu veementemente pela confiança do Tribunal e dos colegas e deu continuidade aos trabalhos seguindo a pauta.
Abordando o **item 5 – demandas administrativas** expôs o calendário de reuniões anuais para que todos estivessem cientes das datas, ressaltando a importância da realização das reuniões inclusive para o cumprimento de metas em matéria de governança. As reuniões ordinárias foram propostas para os dias 12/06, 21/08 e 13/11.
Propôs, ainda, a realização de reunião extraordinária para abordar assuntos pendentes destacados na pauta como item **4 – principais desafios do CGGP 2022/2024** : o retorno da pesquisa de clima organizacional, inclusive com deliberação sobre o início de uma próxima pesquisa, e também a adesão ao Plano Estratégico do Tribunal. Por serem assuntos bastante importantes e urgentes, diretamente relacionados à missão institucional do CGGP, propôs uma reunião extraordinária com duas breves apresentações sobre os temas, que ficou marcada para o dia 08/05, mantido o horário das 17h às 18h.
Ressaltou a importância de os membros acessarem os PAs que forem incluídos em pauta de reunião para que tenham conhecimento dos assuntos que serão deliberados, de forma que as discussões sejam mais objetivas. Esclareceu que alguns PAs podem ser despachados de maneira monocrática, mas que os assuntos mais palpitantes serão levados ao conhecimento dos membros, com prévio aviso pelo Teams.
Esclareceu que as comunicações e a postagem de documentos atinentes à reunião ou a própria criação do Comitê serão feitas por meio do Teams.
Se reportando ao representante da ASSEJUS, Fernando Freitas, Dra. Caroline reforçou que o Comitê está aberto às sugestões, demandas e alguma ponderação que queira trazer para que conste em ata.
Este, por sua vez, parabenizou a magistrada pela recondução e afirmou que a ASSEJUS está presente representando mais de oito mil servidores no sentido de contribuir com o Comitê naquilo que for possível para que possamos fazer um bom trabalho e transformar nosso Tribunal cada dia numa casa melhor para magistrados e servidores.
Ao abrir a palavra aos presentes, o servidor Bauer expôs sua dúvida com relação à participação dos membros suplentes, questionando se eles podem participar das reuniões ordinárias normais ou só no caso de ausência de um membro titular.
Dra. Caroline agradeceu pela pergunta bastante útil e esclareceu que o procedimento no Comitê era da participação do suplente em reunião em que o titular não pudesse participar, de forma que tivéssemos uma reunião equilibrada com relação à representatividade. Assim, quando o titular não puder participar ele deve avisar com antecedência e o suplente será chamado. De toda forma, a Dra. Caroline abriu a palavra para que pudessem apresentar sugestões de procedimento diverso.
Cumpridos os pontos da pauta, Dra. Caroline ponderou que acredita que cada membro atua como se fosse parte de uma ouvidoria, participando aos demais colega sobre o que é trabalhado em reunião e colhendo também as impressões, os motivos, as aflições que vão servir para pautar as próximas reuniões. Com exceção da reunião do dia 8, as demais reuniões ordinárias terão a pauta formada de acordo com o que for trazido para o Comitê. "*É importante que nós possamos ouvir o que está afligindo em matéria de gestão de pessoas para que essas pessoas tenham voz dentro do comitê.*"
A palavra foi, então, aberta para alguma consideração ou algum registro em ata.
O Dr. Luis Martius parabenizou, então, a Dra. Caroline pela recondução e desejou ainda mais sucesso na condução do Comitê. "*Nós que somos da Administração somos testemunha do trabalho abnegado e das contribuições que Vossa Excelência dá, assim como o colega Carlos Alberto, que está conosco todos os dias, conversamos bastante sobre todas as lides e eu tenho a facilidade de ter na presidência da AMAGIS neste momento um colega que já passou pela Administração, já foi*

auxiliar da presidência e conhece muito bem as limitações e as angústias de quem está aqui na Administração tentando fazer o melhor para todo mundo. Então queria saudar mais uma vez os colegas que agora chegam e a todos que aqui estavam no nosso grupo de trabalho colocando a presidência à disposição. Dizer que nosso trabalho é incessante." Dr Luiz Luis Martius concluiu afirmando que "*é um prazer estar ao lado dos senhores mais uma vez*".

Dra. Caroline agradeceu muito a confiança, mais uma vez, e revelou contar muito com a força de trabalho de cada um. "*A gente tem que fazer realmente esse papel de ponte, de ouvir, de reverberar tudo o que conversamos aqui para que o Comitê tenha cada vez mais força, mais legitimidade e mais representatividade*."

A servidora Aline Piedade, da SEEF, fez uso da palavra para apresentar-se: " *Quero agradecer por fazer parte dessa nova composição, especialmente como mulher negra do Tribunal e ter a oportunidade de discutir e também quero partilhar que faz parte do meu estudo, estou terminando o mestrado em governança e desenvolvimento e a governança em gestão de pessoas faz parte do meu escopo de pesquisa justamente para gente poder discutir e poder pensar um Tribunal mais igual, que respeite as diversas interseccionalidades que atravessam os servidores e magistrados e a burocracia como um todo*"

A Dra. Caroline agradeceu sua disponibilidade e ressaltou que seu conhecimento técnico que vai somar muito. "*Vamos contar muito com você ao longo do ano*."

O servidor Fernando expôs, então, que a ASSEJUS participa de mais de 18 comissões e que pretende passar aos associados um resumo das tratativas da reunião no sentido de prestar contas de sua presença nessas comissões, mostrando que elas existem no sentido de aprimorar o nosso trabalho no tribunal. Para isso, pediu a autorização da Dra. Caroline e dos demais presentes.

A Dra. Caroline respondeu que a ata da reunião ficará disponível na página do Teams e que poderá ser divulgada uma vez que tenha sido assinada por todos.

A servidora Maria Cristina fez uso da palavra para apresentar-se: " *Sou nova membro do comitê, servidora da Secretaria Geral da Presidência e fui indicada pelo presidente do Tribunal de Justiça para compor o Comitê e estou à disposição. Espero que façamos um trabalho bonito como sempre. Sabendo da larga experiência da senhora, parabenizo pela recondução*."

Dra. Caroline saudou-a desejando boas-vindas.

O magistrado Dr. Angelo Pinheiro agradeceu pela oportunidade de integrar pela primeira vez o Comitê, concedida pela presidência. Parabenizou a colega Caroline pela presidência e pela recondução. "*Não poderíamos estar em melhores mãos.*" Afirmou estar à disposição para o que precisarem e ter já algumas propostas, mas, em respeito ao tempo, fará o seu encaminhamento por outros meios. "*Como magistrado a gente não costumava ter uma preparação para encarar essas dificuldades da gestão de pessoas. A gente entra numa unidade judiciária e se depara com inúmeros problemas para os quais não tivemos uma formação. Vou encarar essa experiência como um grande desafio de aprender um pouco mais. Na minha carreira, tive a felicidade de trabalhar com o colega Luis na VEP e aquilo amplia o nosso horizonte como magistrado de uma maneira inimaginável. Somos obrigados a enfrentar muito mais questões administrativas e políticas do que questões propriamente processuais. Então é mais um desafio. Agradeço mais uma vez a oportunidade de ter essa experiência e me coloco à disposição para o que mais for possível colaborar*."

Dra. Caroline agradeceu sua manifestação e ponderou: "*Eu acho que a experiência realmente demonstra que hoje em dia o judiciário depende de uma boa gestão para que possa entregar uma prestação jurisdicional efetiva. Não basta um conteúdo de decisão de acordo com a lei. É preciso trabalharmos e nós precisamos de gestores, inclusive na magistratura, para que as coisas possam fluir bem e a gente consiga cumprir a nossa missão. É um grande aprendizado. O comitê permite não somente entender um pouco mais de gestão de pessoas, mas entender o desenho institucional do nosso tribunal. Na próxima reunião nós contaremos com a apresentação do Plano Estratégico e da pesquisa de clima. Virão outros servidores apresentar e trazer outras vertentes da gestão dentro do Tribunal, o que é um grande aprendizado sem dúvida alguma*."

Nos momentos finais, o Dr. Ângelo solicitou a providência de acesso à caixa do CGGP no SEI, ainda pendente, e o servidor Hernani solicitou escusas por não estar presente desde o início da reunião, o que seu deu em função de demanda urgente à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Nada mais havendo a registrar, a Dra. Caroline agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 17h48, da qual eu, Lília Rosa Tricarico, lavrei a presenta ata que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelos presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Bauer Sancler Alves Vale**, **Analista Judiciário**, em 11/05/2023, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Boaventura Gomide Wanzeller**, **Analista Judiciário**, em 12/05/2023, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Rocha de Castro**, **Técnico Judiciário**, em 15/05/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Simone Fernandes Cosenza**, **Técnico Judiciário**, em 13/06/2023, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2967606** e o código CRC **679D35AB**.